

As **Fichas de Competitividade** visam ligar a situação da Economia Portuguesa nas várias dimensões da sua competitividade com a atuação do Estado e compará-la com países que tenham um enquadramento institucional similar e um nível de desenvolvimento aproximado. Cada ficha apresenta a leitura dos principais indicadores no domínio em análise, elenca as principais medidas de políticas públicas implementadas no período em análise e sistematiza um conjunto de indicadores e rankings internacionais para uma mais fácil comparação da situação nacional com a de outros países.

A Internacionalização da Economia Portuguesa

1 – Introdução

A presente ficha visa caracterizar o estado de integração da economia portuguesa na vertente relacionada com o processo de internacionalização e apresentar as políticas públicas desenvolvidas ao longo do último ano nesse sentido. Efetua-se, ainda, uma breve análise factual, suportada nos principais indicadores estatísticos sobre a internacionalização da economia portuguesa.

2 – Políticas públicas de apoio à integração internacional da economia portuguesa

Em matéria de comércio e investimento internacional, Portugal, como Estado-membro da UE, continua a seguir uma política comum ao espaço que integra.

A nível europeu, destaca-se o esforço desenvolvido ao nível do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América (TTIP), que está atualmente em negociação entre dois blocos económicos. Este acordo destina-se a eliminar as barreiras comerciais aplicadas sobre uma vasta gama de sectores da economia, visando facilitar a compra e venda de bens e serviços nos dois mercados. Para além da redução generalizada de tarifas, através deste acordo a UE e os EUA ambicionam, ainda, eliminar as barreiras não tarifárias ou, pelo menos, harmonizar aquelas que sejam mais sensíveis - tais como as diferenças de regulamentos técnicos, normas e procedimentos de aprovação e certificação de produtos e serviços. As negociações do TTIP têm, ainda, como objetivo abrir os mercados aos serviços, ao investimento e ao mercado de contratos públicos, sendo este último considerado de extremo interesse para as empresas portuguesas.

A nível nacional, destaca-se a mobilização dos Fundos Europeus, para o ciclo de investimento 2014-20, visando tornar a economia nacional uma economia mais competitiva através, entre outros fatores, da aposta em bens e serviços transacionáveis (ou internacionalizáveis) e no reforço da qualificação e da orientação exportadora das empresas portuguesas.

Nesse sentido, o sistema de incentivos às empresas, atualmente em vigor, contempla uma tipologia específica de intervenção direcionada à internacionalização das pequenas e médias empresas (PME). Os apoios previstos procuram reforçar a capacitação empresarial PME através do desenvolvimento dos seus processos de qualificação para a internacionalização, valorizando os fatores imateriais da competitividade, no sentido de potenciar o aumento da sua base e capacidade exportadora. Existe, ainda, uma forma simplificada de acesso a incentivos, os chamados «vales internacionalização», destinados a apoiar projetos de aquisição de serviços de consultoria na área de prospeção de mercado. Neste âmbito específico são suscetíveis de financiamento projetos de promoção da internacionalização que visem o conhecimento de mercados externos, a presença na web, o desenvolvimento e promoção internacional de marcas, a prospeção e presença em mercados internacionais, marketing internacional, adoção de novas metodologias de organização ao nível das práticas comerciais ou relações externas e certificações específicas necessárias nos mercados externos.

Em termos de legislação publicada ao longo de 2015 é ainda de referir, como emblemática, a medida que foi regulamentada através do Despacho n.º 2909/2015, de 23 de março, que procede ao enquadramento da estratégia de apoio ao reposicionamento da política de clusterização e que vem reconhecer a importância que as iniciativas estratégicas de eficiência coletiva revestem para índices crescentes de competitividade, inovação e internacionalização da economia portuguesa. O apoio à dinâmica de clusterização empresarial consubstancia um relevante instrumento para o cumprimento dos objetivos estratégicos da prioridade temática «Competitividade e Internacionalização do Portugal 2020» considerando-se, a este nível, como indispensável a criação de condições alargadas e aperfeiçoadas para a inovação, nos âmbitos intra e interempresariais, viabilizando a inserção em mercados internacionais de gamas de produtos e serviços diferenciados e com maior incorporação de valor acrescentado.

No domínio das políticas públicas nacionais merece, ainda, destaque o papel que a AICEP Portugal Global, E.P.E., tem vindo a desenvolver ao nível da promoção da internacionalização das empresas portuguesas e da sua atividade exportadora. No âmbito da atividade desenvolvida em 2015, destacam-se as seguintes ações:

- *Como vender em* – reuniões individuais com Delegados da AICEP, que oferecem às empresas aconselhamento personalizado. As empresas recebem informação "à medida", conselhos sobre o ambiente de negócios, eventuais parcerias e ainda um *dossier* individualizado com informação útil sobre um determinado mercado. Destina-se, preferencialmente, a PME exportadoras, com produto/serviço de origem nacional, sendo conferida prioridade às empresas com algum grau de internacionalização. Em 2015 realizaram-se ações direcionadas aos mercados da Turquia, Canadá e México, prevendo-se, até ao final do ano, uma ação direcionada ao mercado dos EUA.
- *ABC Mercados* – sessões de esclarecimento com Delegados da AICEP que partilham informações práticas, estratégias e conselhos de abordagem aos mercados em análise, sendo essa informação complementada com o testemunho de empresas com experiência nesses mercados. Destina-se a todas as empresas, em especial PME, que desejem iniciar o seu processo de internacionalização ou que pretendem diversificar o seu mercado. Em 2015 realizaram-se ações direcionadas aos mercados da Índia, Canadá, Turquia e Azerbaijão.
- *Em Foco* – *workshops* com um especialista de produto ou setor num mercado específico, que faculta informação sobre os principais *players*, segmentos de mercado, preços, tendências de consumo e de distribuição. O *workshop* consiste numa apresentação feita pelo especialista, seguido de *networking* e *speed meeting* entre este e as empresas. Destina-se a todas as empresas, em especial PME (quadros da área comercial, internacional, marketing ou conceção de produto). Em 2015 realizaram-se ações com vista ao mercado da Polónia na fileira casa.
- *Feiras Internacionais* – organização e promoção da participação nacional em feiras internacionais de elevado potencial. Destaca-se a participação nacional na FIA – Feira Internacional de Argel; FILDA – Feira Internacional de Luanda e FACIM – Feira Internacional de Maputo.

3 – Principais indicadores

3.1 Internacionalização

O grau de internacionalização da economia pode ser aferido por indicadores que medem o comércio internacional, designadamente, as exportações e as importações, por indicadores referentes ao investimento direto estrangeiro e no estrangeiro e por indicadores relativos à produção e difusão internacional de investigação e desenvolvimento.

a) Comércio Internacional:

- Penetração das importações: indica o peso das importações de bens e serviços (M) em % do PIB;
- Intensidade exportadora: indica o peso das exportações de bens e serviços (X) em % do PIB;
- Grau de abertura: corresponde à soma das importações e das exportações (M+X) em % do PIB;
- Taxa de cobertura: corresponde ao rácio entre as exportações e as importações (X/M).

b) Investimento Direto Estrangeiro:

O investimento direto internacional¹ tem subjacente o exercício de controlo por parte de um investidor residente num determinado país sobre a gestão de uma entidade residente noutro país.

No âmbito da contabilização do Investimento Direto Estrangeiro foi adotada, no final de 2014, uma nova metodologia resultante da revisão dos manuais internacionais². Com a adoção desta nova metodologia, a informação sobre investimento direto estrangeiro passa agora a poder ser apresentada de duas formas complementares entre si: segundo o princípio ativo/passivo (nova metodologia) e segundo o princípio direcional (metodologia anteriormente adotada).

De acordo com o princípio direcional, o investimento direto é apresentado em termos de: investimento direto de Portugal no exterior (IPE) e investimento direto do exterior em Portugal (IDE), prevalecendo sempre a relação da empresa participante na participada. De acordo com o princípio ativo/passivo, a perspetiva é a da criação de ativos (disponibilidades) ou passivos (responsabilidades) em relação ao exterior. Estas duas abordagens em nada alteram o valor do investimento direto líquido (i.e., os ativos deduzidos dos passivos são iguais ao IPE deduzido do IDE).

¹ Fonte: Banco de Portugal – Nota de Informação estatística N.º 9 de Junho 2015

² Mais informações sobre estas alterações podem ser encontradas em:
<http://www.bportugal.pt/ptPT/Estatisticas/MetodologiasEstatisticas/NomenclaturasEstatisticas/AlteracoesMetodologicasSEC2010BPM6/Paginas/AlteracoesMetodologicasSEC2010BPM6.aspx>

3.2 Investigação e desenvolvimento e tecnologia

Produção e difusão internacional de Investigação e Desenvolvimento:

- Patentes - Cooperação Internacional

Comércio Internacional

Da análise do Gráfico 1, apresentado na secção de indicadores, destaca-se uma alteração do perfil de Portugal no que respeita, quer à intensidade exportadora, quer ao grau de abertura da economia portuguesa. O indicador relativo ao grau de abertura permite aferir o quanto se exporta e importa face à produção nacional e, desse modo, quantificar o grau de inserção da economia portuguesa na economia mundial. O aumento do grau de abertura da economia nacional encontra-se sustentado num forte aumento das exportações (para níveis historicamente elevados) e por um retorno das importações aos níveis pré-crise.

Após 2012, as exportações passaram a ser superiores às importações, invertendo o saldo da balança comercial em 2013, ano em que as exportações e as importações representavam 39,5% e 38,5% do PIB, respetivamente. Em 2014 manteve-se a mesma tendência, com valores de 40,0% para Exportações/PIB e de 39,7% para as Importações/PIB. No período entre 2002 e 2013, desde 2013 que Portugal alcançou uma taxa de cobertura das exportações capaz de superar o valor total das importações (Gráfico 2).

Em termos internacionais, Portugal manteve, em 2014, um rácio das exportações face ao PIB (Gráfico 9) inferior à média europeia (40% em Portugal, face a 43% na UE28 e 44% da zona euro). Nesse mesmo ano, Portugal deixou a liderança no crescimento das exportações (Gráfico 10) que havia obtido em 2013. Desta forma, em 2014 Portugal ocupou o 14º lugar no crescimento das exportações em termos nominais, na UE28 com 3,2% de taxa de crescimento 2013-2014 ligeiramente abaixo do conjunto da zona euro (18) e da UE28 (3,3% em ambos). Irlanda e Luxemburgo foram os países com a maior taxa de crescimento das exportações (12,3% e 8,7%), respetivamente.

O grau de abertura da economia portuguesa tem, acompanhado a evolução da capacidade exportadora do país, atingindo os 80% do PIB em 2014, o que corresponde ao valor mais elevado do nosso país na última década. Comparativamente com os 28 países da UE, Portugal apresenta um grau de abertura abaixo da média europeia (83% na UE28 e 85% na zona euro) (Gráfico 11) tendo, contudo, atingido uma das maiores

taxas de crescimento da UE28 neste indicador, com 18% de taxa de crescimento 2010-2014 face a 9% para a UE28 e 12% na zona euro (Quadro 3). Com graus de abertura inferiores a Portugal encontram-se países como a Finlândia, Grécia, Espanha, França, Reino Unido e Itália. Com os graus de abertura mais elevados encontram-se as economias do Luxemburgo, Malta, e Irlanda, todos com níveis superiores a 200% do produto nacional. Como se sabe, o excepcional grau de abertura do Luxemburgo (superior a 300%) é impulsionado por elevados níveis de exportações na componente dos serviços financeiros.

A nível nacional, a análise da evolução do peso dos bens e dos serviços nas exportações e nas importações (Gráfico 3) permite verificar que, após a crise, os serviços têm vindo a ganhar algum peso quer em termos de exportações, quer em termos de importações. Atualmente, os serviços representam 15% das exportações e 28% das importações.

As exportações com destino extracomunitário (fora do âmbito geográfico da UE27) tiveram um aumento de cerca de 3,5 p.p. entre 2008 e 2014, (Gráfico 4) indicando que ao longo destes últimos 7 anos, Portugal conseguiu expandir as suas exportações de bens para além do tradicional mercado de proximidade. Quando se especificam os mercados e regiões mais relevantes em termos de exportações de bens (Quadro 2), destacam-se, a nível comunitário, os mercados de Espanha (25% do total das exportações de bens), França e Alemanha (ambos com quotas de 12%) e Reino Unido (6,5%), todos estes países com contributos significativos para o crescimento recente das exportações portuguesas. Nos mercados extra comunitários, destacam-se os mercados dos EUA (5,4%), Angola (4,3%), China (1,8%), Marrocos, Argélia e Brasil (com quotas de 1,4%; 1,2% e 1,1% respetivamente). Destaque-se, a este nível, o contributo para o crescimento recente das exportações portuguesas nos mercados dos EUA.

Relativamente à tipologia das exportações de bens (Gráfico 5), verifica-se que desde 2011 a 2014 as exportações de máquinas detêm a maior representatividade. Neste período esta tipologia deteve um peso médio de 14,8%. Em 2014, os grupos de produtos que representavam o segundo e terceiro tipo de produtos mais exportados eram os bens químicos e os produtos agroalimentares (cada um, representando cerca de 12,5% das exportações de bens). De referir, ainda, os produtos energéticos que têm vindo a aumentar o seu peso nas exportações de bens, com uma variação de 4 p.p. de 2010 para 2013, atingindo os 10,4% em 2013, embora em 2014 o seu peso tenha

seu valor, representando apenas 8,5% das exportações. Madeira, cortiça e papel têm vindo a perder peso nas exportações, atualmente com uma expressão na ordem dos 8%, quando em 2011 estes produtos representavam 8,4% do total das exportações de bens. O grupo de produtos que engloba peles, couros e têxteis, tem representado cerca de 4% do total das exportações de bens de 2011 a 2014.

A informação mais recente relativa à variação das exportações de bens e serviços por componentes (Gráfico 6) indica que, os grupos de produtos que tiveram um maior crescimento das exportações ao longo do último ano (entre julho de 2014 e julho 2015) foram, para além dos produtos agroalimentares (crescimento de 9,2%), produtos acabados diversos (8,9%) e material de transporte (7,1%). Ao nível dos serviços, as evoluções mais significativas foram as relativas aos direitos de utilização (98,7%), às exportações de serviços financeiros (variação de 36,2%), seguida de seguros e pensões (29,2%). A componente de viagens e turismo também registou um crescimento significativo (13,3% face ao período homólogo). Viagens e turismo, juntamente com produtos agroalimentares, foram os maiores contribuintes para o crescimento das exportações nos últimos 12 meses (até julho de 2015).

Prosseguindo a análise por grupos de produtos, desta vez considerando um período mais longo (entre o 1.º semestre de 2011 e o 1.º semestre de 2015) (Quadro 2), constata-se que, genericamente, as exportações de bens tiveram um crescimento de 12,5% entre 2011 e 2015, sendo que os grupos de produtos energéticos, produtos acabados diversos e agroalimentares registaram taxas de crescimento acima dos 30% cada. É de realçar que todos os grupos de bens registaram um crescimento positivo, com os minérios e minerais a registar a menor taxa de crescimento (7,8%). Já para as importações, nesse mesmo período, verifica-se que genericamente as importações de bens registaram um decréscimo na ordem dos 1,6%. Contudo, os grupos de produtos acabados diversos (7,9%), químicos (5,9%), têxteis, vestuário e calçado (5,1%), material de transporte (4,1%) e agroalimentares (2,8%) registaram taxas de crescimento positivas no período em análise.

Investimento Direto Estrangeiro

Da análise aos fluxos do Investimento Direto segundo o princípio direcional (Gráfico 7), entre 2011 e 2015, observa-se que o Investimento Direto do Estrangeiro em Portugal (IDE), em termos líquidos, registou um montante próximo de 4,6 mil M€ em 2014 (+216% face a 2013). Os valores mais elevados dos últimos cinco

anos ocorreram em 2011, ano em que o IDE alcançou 5,3 mil M€ e em 2012 com 6,4 mil M€. No 1º semestre de 2015 o valor do IDE registado foi de 5,9 mil M€ (+38,9% comparando com o período homólogo de 2014), ultrapassando o valor total do IDE registado no ano de 2014.

O Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) situou-se em cerca de 2,1 mil M€ em 2014 (+347,8% comparativamente ao ano anterior), sendo que o valor mais elevado do período 2011-2014 se verificou em 2011 (9,7 mil M€). No 1º semestre de 2015 o valor do IDPE alcançou cerca de 4,8 mil M€ (+109,7% comparando com o período homólogo de 2014).

Segundo informação divulgada pela AICEP em setembro de 2015, a União Europeia foi a principal origem de IDE, com uma quota de 90,3% em termos acumulados em junho de 2015, destacando-se, ao nível intracomunitário, os Países Baixos e a Espanha (com pesos de 23,6% do total, cada), o Luxemburgo (21,5%), o Reino Unido e França (7,4% e 4,1%, respetivamente). Entre os países extracomunitários (9,7% do total em junho de 2015), salientam-se Brasil, Angola, EUA, Suíça e China com quotas de 2,3%, 1,7%, 1,5%, 1,3% e 0,7%, respetivamente. Ainda segundo informação da AICEP, a União Europeia foi o principal destino de investimento direto de Portugal no estrangeiro em termos acumulados, com uma participação de 75,1% em junho de 2015, destacando-se, entre os países intracomunitários, os Países Baixos e Espanha, com quotas de 34,5% e 19,1% do total, respetivamente, seguindo-se a Alemanha com 5,5%. De entre os extracomunitários (24,9% do total em junho de 2015), destacaram-se o Brasil, Angola e os EUA, com pesos de 6,1%, 4,7%, e 3,3%, respetivamente.

Os valores registados para as posições em fim de período dos ativos e passivos de investimento direto internacional são superiores aos valores registados em IPE e IDE, respetivamente. (Gráfico 8)

Ao se analisar a evolução entre 2010 e 2014, assinala-se uma maior dinâmica de crescimento segundo o princípio ativo/passivo, tanto para os ativos como para os passivos, embora o valor global do investimento direto líquido seja igual nas duas formas de apresentação das estatísticas de investimento direto.

No final de dezembro de 2014 foram registados, segundo o princípio direcional, cerca de 88,5 M€ de IDE face a 41,4 de IPE. No final do primeiro semestre de 2015 foram registados cerca de 104 M€ de IDE, observando-se uma taxa de variação homóloga na ordem dos 10%.

O facto do valor líquido observado ser negativo para todo o período em análise significa que Portugal

investe menos no exterior face ao investimento externo que é feito no país.

Investigação e desenvolvimento e tecnologia

Neste domínio analisam-se 3 tipos de cooperação, a nível internacional, para o patenteamento de invenções: registo de patentes no Instituto Europeu de Patentes (EPO); patentes registadas no âmbito do Tratado de Cooperação de Patentes (PCT) e patentes concedidas pela Agência de Patentes e Marcas dos Estados Unidos da América (USPTO).

Os valores mais recentes (Quadro 4) referem-se ao ano de 2011, com Portugal a apresentar valores reduzidos de patenteamento internacional de invenções. Ao nível global das três formas de patenteamento internacional de invenções, nota-se que Portugal apresenta uma menor apropriação nacional de invenções feitas no exterior (235 patentes) do que o seu inverso (apropriação por estrangeiros de invenções nacionais) (327 patentes).

3.3 Principais Rankings Internacionais

Doing Business

O relatório *Doing Business* para 2016, publicado em finais de outubro de 2015 apresenta indicadores que podem ser comparados entre 189 economias (Quadro 5).

O relatório deste ano introduz alterações substanciais à análise para o Comércio Internacional. Dentro da nova metodologia lançada este ano, o *Doing Business* mede o tempo e o custo (excluindo tarifas) associados à exportação e à importação de uma remessa de mercadorias de e para o principal parceiro comercial da economia. Nos relatórios dos anos anteriores o estudo de caso padronizado assume que as mercadorias estavam entre um de seis produtos pré-selecionados, o que representou uma lacuna importante, especialmente para o processo de exportação: enquanto as economias tendem a importar um pouco de tudo, elas exportam apenas produtos de vantagem comparativa.

Para aumentar a relevância dos indicadores do comércio internacional, o relatório deste ano muda o estudo de caso padronizado para assumir diferentes produtos comercializados no processo de importação e exportação. O novo estudo de caso também reflete novas hipóteses sobre o modo de transporte utilizado no comércio transfronteiriço. Anteriormente assumia-se

que o comércio era efetuado por via marítima (com a implicação de cálculos de tempo e custo para as economias sem litoral). Atualmente assume-se que, o meio de transporte para o comércio internacional é realizado pelo via mais usada (seja por mar, terra, ar ou alguma combinação destes), e qualquer tempo e custo atribuídos a uma economia são os incorridos enquanto o envio está dentro das suas fronteiras geográficas.

Nesta componente e após as alterações metodológicas identificadas, Portugal ocupa o 1.º lugar no ranking de 189 economias em conjunto com outras 15 (Áustria, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, França, Hungria, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Polónia, República Checa e Roménia). A reforma importante efetuada por Portugal identificada no relatório foi a implementação de uma plataforma única eletrónica para os procedimentos portuários.

O ranking global de 2016 permanece liderado por Singapura, seguido da Nova Zelândia, Dinamarca e Coreia do Sul. Portugal permanece há 3 anos na 23ª posição no ranking.

Global Competitiveness Report

O *World Economic Forum* compara a competitividade das economias através da divulgação anual do *Global Competitiveness Report* (GCR). O GCR incorpora um índice de competitividade global (*Global Competitiveness Index* – GCI) e na base do qual são construídos rankings de países.

Na edição 2015-2016 do GCR publicado em setembro 2015, Portugal passou da 36.ª posição (em 144 economias) para a 38.ª (em 140). Numa escala de 1 a 7, Portugal obteve um GCI de 4,5; o mesmo que na edição anterior. Num universo que inclui apenas as economias desta edição e que entraram na anterior (136), Portugal mantém a sua posição no ranking (38.ª). A Suíça manteve a liderança deste ranking, Singapura o 2.º lugar e os Estados Unidos o 3.º. A União Europeia tem 5 estados-membros entre os 10 países melhor classificados. São eles Alemanha (4.º), Países Baixos (5.º), Finlândia (8.º), Suécia (9.º) e Reino Unido (10.º).

World Competitiveness Yearbook

No ranking global de competitividade do *World Competitiveness Yearbook* 2015, publicado em maio pelo Institute for Management Development, Portugal ocupa a 36ª posição (43ª na edição do ano passado) numa lista de 61 economias a nível mundial. Esta

melhoria representa a segunda maior subida no ranking de competitividade. Entre os 28 membros da UE considerados no estudo, Portugal é o 16º melhorando duas posições em relação a 2014.

Os critérios avaliados neste ranking agrupam-se em quatro grandes categorias, que englobam no total, 20 sub-categorias. A primeira grande categoria refere-se à performance económica, que considera a economia doméstica, o comércio internacional, o investimento estrangeiro, a taxa de emprego e os níveis de preços. A segunda categoria refere-se à eficiência do governo e engloba fatores como as finanças públicas, a política fiscal, as instituições, a legislação de negócios e a estrutura social. A eficiência das empresas e negócios é a terceira categoria e considera a produtividade, o mercado de trabalho, o mercado financeiro, as práticas de gestão e as atitudes e valores nos negócios. A quarta categoria analisa as infraestruturas e engloba infraestruturas básicas, infraestruturas tecnológicas, infraestruturas científicas, saúde ambiente, e educação.

As primeiras posições no ranking global pertencem, por ordem aos EUA, Hong Kong, Singapura e Suíça. Luxemburgo é o país da UE melhor classificado (6ª posição). No top 10 encontram-se várias economias europeias: Suíça (4ª posição), Luxemburgo (6ª posição), Noruega (7ª posição), Dinamarca (8ª posição), Suécia (9ª posição) e Alemanha (10ª posição). Entre as economias da periferia, Portugal (36ª), Espanha (37ª), Itália (38ª) e Grécia (50ª) subiram no ranking, enquanto Irlanda (16ª) desceu um lugar.

Em comparação com fatores de competitividade de 2014, (Quadro 6) Portugal subiu nove posições para 45º no desempenho económico. A sub-categoria comércio internacional, pertencente ao desempenho económico, desceu quatro posições face ao ano anterior, obtendo em 2015 a 36ª posição. Por contrapartida o indicador dos fluxos IDE entrados subiu 28 posições, passando do 40º lugar para a 12ª posição. Nas categorias eficiência empresarial e infraestruturas Portugal obteve a 48ª posição (subiu 4 face a 2014) e a 26ª posição (subiu 3 face a 2014), respetivamente.

4 – Bibliografia

Banco de Portugal (2015) Estatísticas> Publicações estatísticas

<https://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Paginas/BoletimEstatistico.aspx?tid=101>

Banco de Portugal (out 2014), “Nota de Informação Estatística - Banco de Portugal divulga novas séries estatísticas.”

http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/NIE/Lists/FolderDeListaComLinks/Attachments/94/NIE_10_2014_SEC2010_BPM6.pdf

Banco de Portugal (jun 2015), “Nota de Informação Estatística - Novas estatísticas de investimento direto internacional”

https://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/NIE/Lists/FolderDeListaComLinks/Attachments/109/NIE_9_2015%20BOP.pdf

Banco de Portugal (out 2015), “Estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional – Notas metodológicas”

<https://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-2-2015.pdf>

EUROSTAT

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/economic_globalisation_indicators/indicators

Krugman P., R.Wells, K.Graddy (2014), “Essentials of Economics” Worth Publishers, 3rd edition”

INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

OECD (2005), “OECD Handbook on Economic Globalization Indicators” – ISBN 92-64-10808-4 – ©

Sturgeon Timothy J. (2013) “Global Value Chains and Economic Globalization - Towards a New Measurement Framework” Industrial Performance Center, Massachusetts Institute of Technology

World Economic Forum (2014), “Global Competitiveness Report 2014-2015”

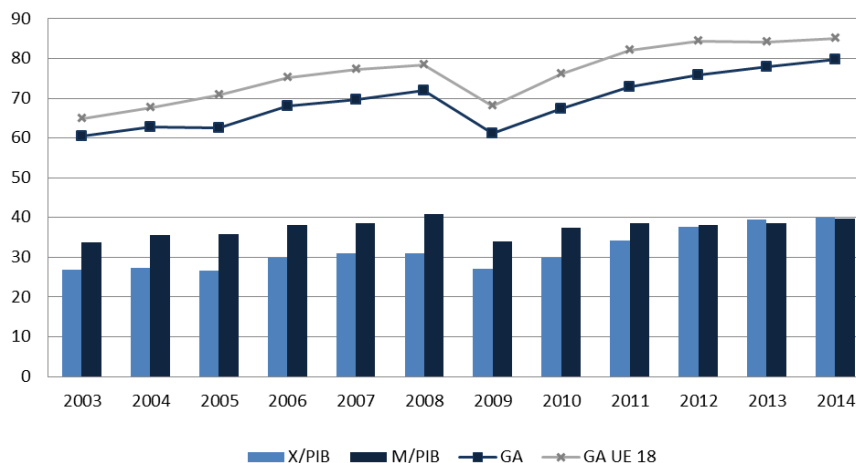
World Economic Forum (2014), “Global Enabling Trade Report 2014”

Governo de Portugal (2015)> Parceria Transatlântica de Comércio UE-EUA> Sobre o TTIP

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-temas/ttip/sobre-a-parceira-ptci.aspx>

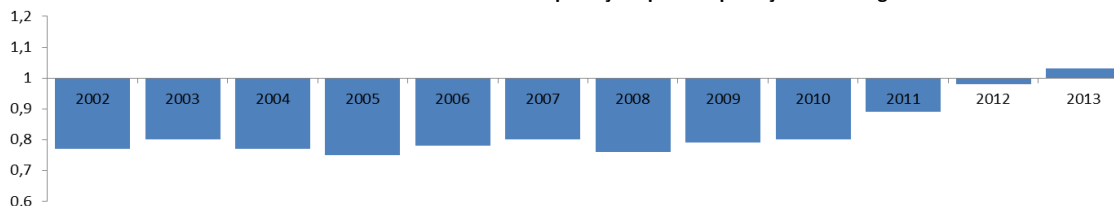
Portugal

Gráfico 1: Intensidade exportadora, penetração das importações e grau de abertura (2003-2014)



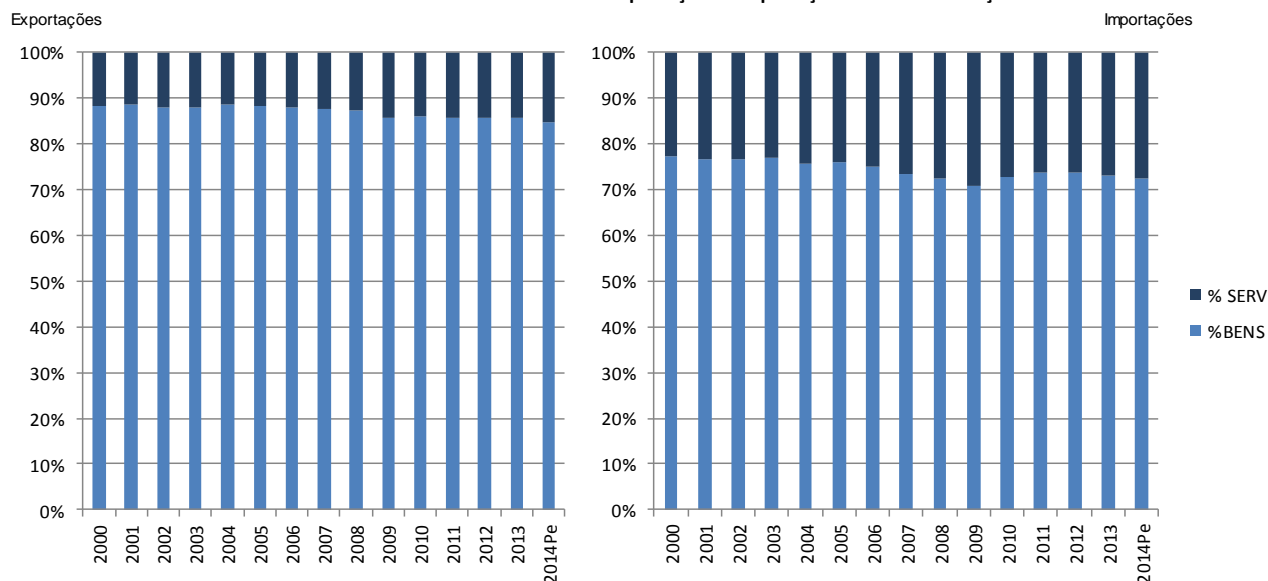
Fonte: Eurostat, GEE e cálculos próprios
Nota: Grau de Abertura = $(X+M)/PIB \times 100$

Gráfico 2: Taxa de cobertura das importações pelas exportações – Portugal



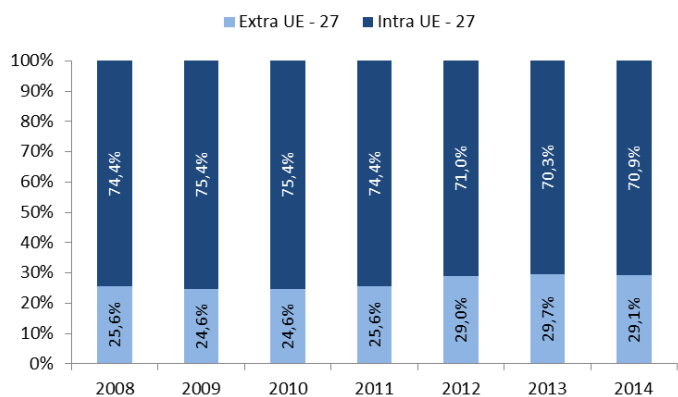
Fonte: Eurostat
Nota: Taxa de Cobertura = (X/M)

Gráfico 3: Peso relativo do valor das exportações e importações de bens e serviços



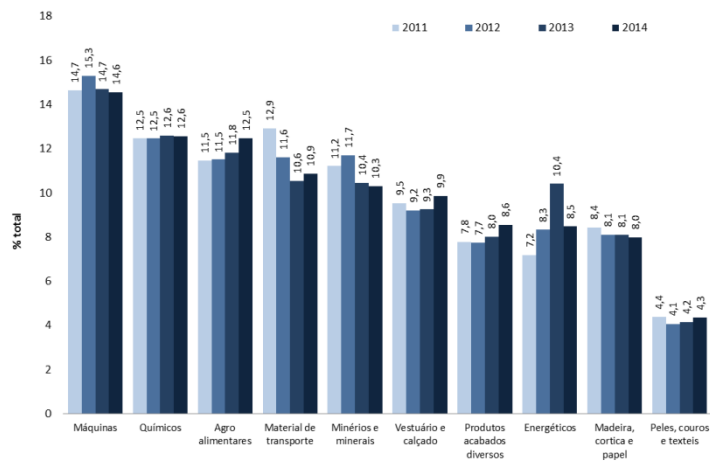
Fonte: INE - Importação e Exportação de bens e serviços (preços correntes; anual) e cálculos próprios

Gráfico 4: Exportações Extra e Intra UE27 (em % do total de exportações de bens)



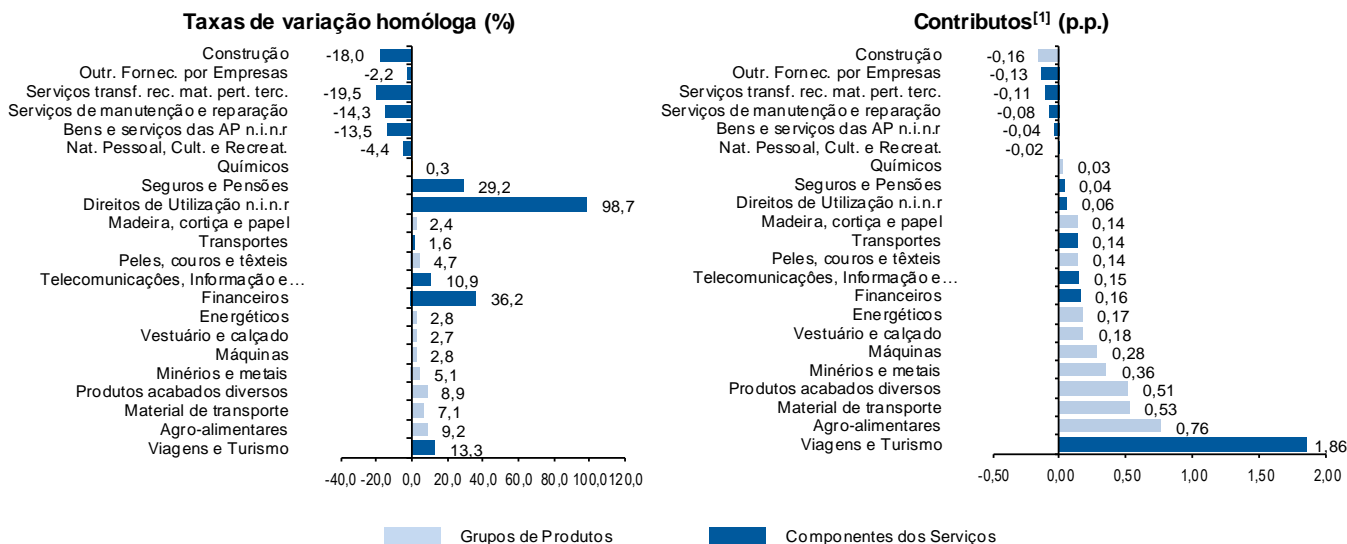
Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens e cálculos próprios.

Gráfico 5: Exportações de bens, por grupos de produtos (em % do total de exportações de bens)



Fonte: GEE – com base nas estatísticas do comércio internacional INE

Gráfico 6: Taxas de crescimento das exportações de Bens e Serviços e contributos das suas componentes (Últimos 12 meses a terminar em julho de 2015)



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das Exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

Notas:

As Exportações das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Crédito) correspondem às Exportações das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das as Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (5.0%).

Quadro 1: Decomposição das exportações de bens pelos mercados e regiões mais relevantes (em % do total de exportação de bens)

Intra + Extra UE (Fob)									valores em milhões de euros								
Destino	jan-ago		Estrutura (%)		Taxas de variação e contributos				Destino	jan-ago		Estrutura (%)		Taxas de variação e contributos			
	2014	2015	jan-ago		12 meses ^[1]		jan-ago			2014	2015	jan-ago		12 meses ^[1]		jan-ago	
			VH ^[2]	Contrib. p.p. ^[3]	VH	Contrib. p.p. ^[3]	VH ^[2]	Contrib. b. p.p.				VH	Contrib. b. p.p.				
TOTAL	31 581	33 278	100,0	100,0	4,9	4,9	5,4	5,4									
INTRA UE	22 586	24 084	71,5	72,4	5,5	3,9	6,6	4,7									
dos quais:																	
UE-15	21 481	22 909	68,0	68,8	5,5	3,7	6,6	4,5									
Espanha	7 465	8 336	23,6	25,1	8,3	2,0	11,7	2,8									
França	3 817	3 978	12,1	12,0	2,9	0,3	4,2	0,5									
Alemanha	3 802	3 954	12,0	11,9	2,8	0,3	4,0	0,5									
Reino Unido	1 899	2 164	6,0	6,5	12,4	0,7	13,9	0,8									
Países Baixos	1 278	1 333	4,0	4,0	3,9	0,2	4,3	0,2									
Itália	988	1 029	3,1	3,1	5,5	0,2	4,1	0,1									
Bélgica	824	764	2,6	2,3	3,1	0,1	-7,2	-0,2									
Suécia	324	270	1,0	0,8	-11,7	-0,1	-16,6	-0,2									
Dinamarca	211	203	0,7	0,6	-7,2	0,0	-4,1	0,0									
Alargamento	1 106	1 175	3,5	3,5	5,8	0,2	6,3	0,2									
Polónia	313	361	1,0	1,1	13,1	0,1	15,3	0,2									

EXTRA UE									valores em milhões de euros								
Destino	jan-ago		Estrutura (%)		Taxas de variação e contributos				Destino	jan-ago		Estrutura (%)		Taxas de variação e contributos			
	2014	2015	jan-ago		12 meses ^[1]		jan-ago			2014	2015	jan-ago		12 meses ^[1]		jan-ago	
			VH ^[2]	Contrib. p.p. ^[3]	VH	Contrib. p.p. ^[3]	VH ^[2]	Contrib. b. p.p.				VH	Contrib. b. p.p.				
EXTRA UE	8 994	9 195	28,5	27,6	3,5	1,0	2,2	0,6									
dos quais:																	
EUA	1 351	1 783	4,3	5,4	22,0	1,0	32,0	1,4									
Angola	1 954	1 429	6,2	4,3	-14,9	-1,0	-26,9	-1,7									
China	541	609	1,7	1,8	20,0	0,3	12,7	0,2									
Marrocos	400	472	1,3	1,4	13,3	0,2	18,0	0,2									
Argélia	416	389	1,3	1,2	1,1	0,0	-6,5	-0,1									
Brasil	386	379	1,2	1,1	-2,7	0,0	-1,9	0,0									
Suíça	284	310	0,9	0,9	8,6	0,1	8,9	0,1									
Canadá	178	262	0,6	0,8	44,0	0,2	47,1	0,3									
Moçambique	199	245	0,6	0,7	16,5	0,1	22,8	0,1									
Turquia	268	223	0,8	0,7	-8,3	-0,1	-16,8	-0,1									

Por memória:

OPEP [4]	2 724	2 187	8,6	6,6	-9,9	-0,9	-19,7	-1,7
PALOP	2 374	1 896	7,5	5,7	-10,7	-0,8	-20,1	-1,5
EFTA	382	457	1,2	1,4	20,5	0,2	19,6	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas: Países ordenados por ordem decrescente de valor no período de jan-ago 2015.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2015

[2] (set 14-ago 15)/(set 13-ago 14) x 100 - 100

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

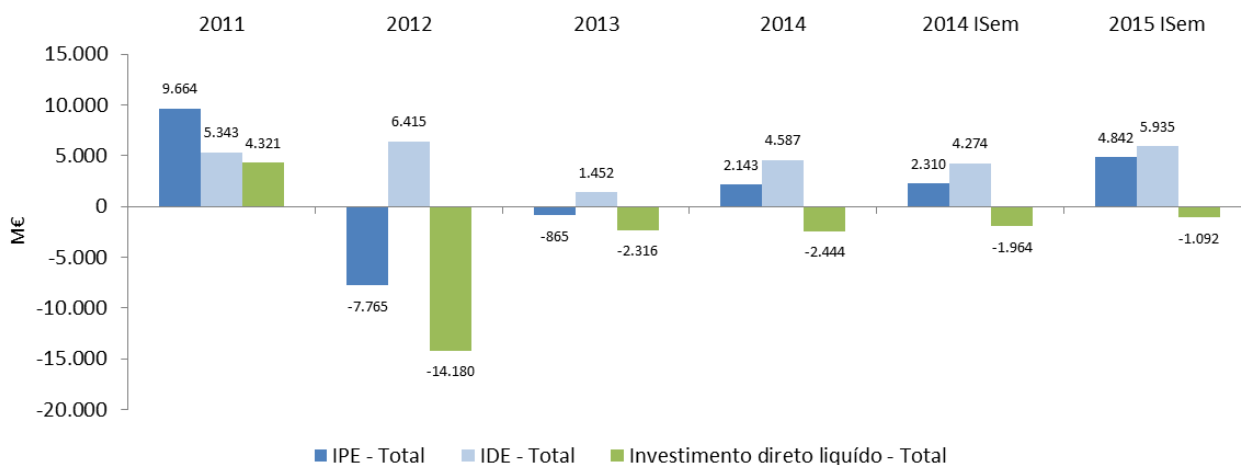
[4] Inclui Angola.

Quadro 2: Exportações e Importações por grupos de produtos e taxa de crescimento (1S2011-1S2015)

Grupos de Produtos	10 ⁶ €			Tx crescimento	Grupos de Produtos	10 ⁶ €			Tx crescimento
	1º Semestre 2011	1º Semestre 2015	Tx crescimento 2011-2015			1º Semestre 2011	1º Semestre 2015	Tx crescimento 2011-2015	
Exportados					Importados				
Energéticos	1.373	2.040	48,5%	Produtos acabados diversos	1.573	1.698	7,9%		
Produtos acabados diversos	1.671	2.242	34,2%	Químicos	4.905	5.193	5,9%		
Agro alimentares	2.272	2.960	30,3%	Têxteis, vestuário e calçado	2.089	2.195	5,1%		
Máquinas	3.085	3.673	19,1%	Material de transporte	3.582	3.730	4,1%		
Vestuário e calçado	2.013	2.374	17,9%	Agro-alimentares	4.430	4.554	2,8%		
Químicos	2.741	3.147	14,8%	Máquinas	4.702	4.634	-1,4%		
Peles, couros e têxteis	986	1.130	14,5%	Peles, madeira, cortiça e papel	1.442	1.420	-1,5%		
Madeira, cortiça e papel	1.844	2.004	8,7%	Minérios e metais	2.851	2.593	-9,0%		
Material de transporte	2.836	3.064	8,0%	Energéticos	5.148	4.199	-18,4%		
Minérios e minerais	2.417	2.605	7,8%	Total Importações	30.722	30.215	-1,6%		
Total Exportações	21.238	23.890	12,5%						

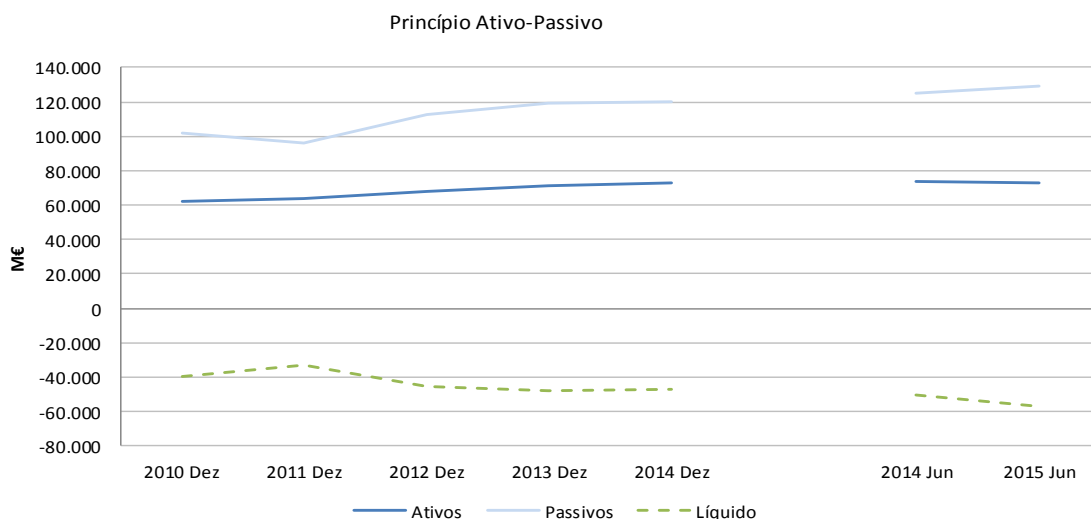
Fonte: GEE - Comércio Internacional

Gráfico 7: Evolução dos Fluxos de Investimento Direto

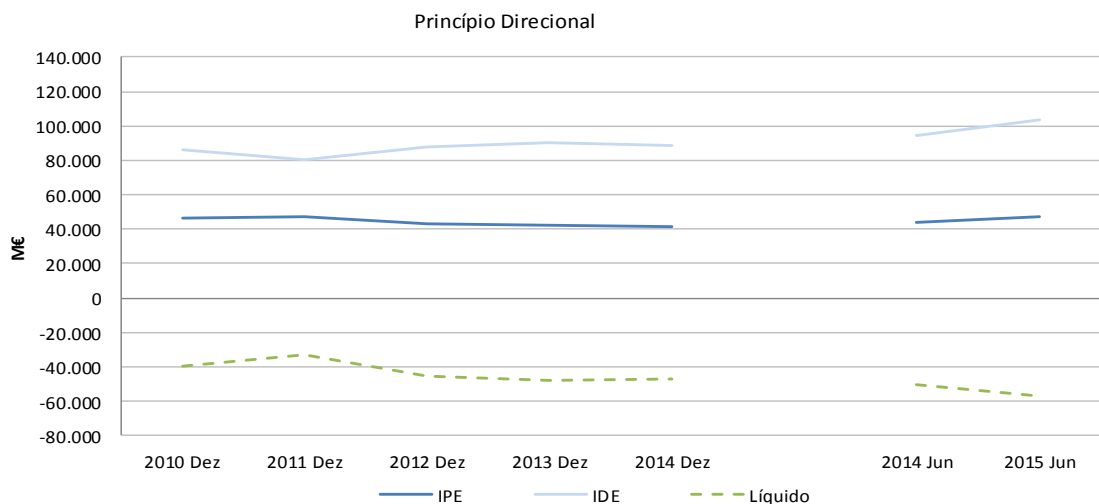


Fonte: Banco de Portugal - Informação complementar de acordo com o princípio direcional

Gráfico 8: Investimento Direto (posições em fim de período) segundo Princípio Ativo-Passivo e Princípio Direcional



Nota: Estimativas calculadas pelo Banco de Portugal com base na acumulação de fluxos mensais e nos últimos dados anuais obtidos através dos inquéritos ao investimento direto. Inclui investimento imobiliário.



Fonte: Banco de Portugal – Boletim estatístico: Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional

Comparações Internacionais

Gráfico 9: Exportações de bens e serviços em % do PIB, por país

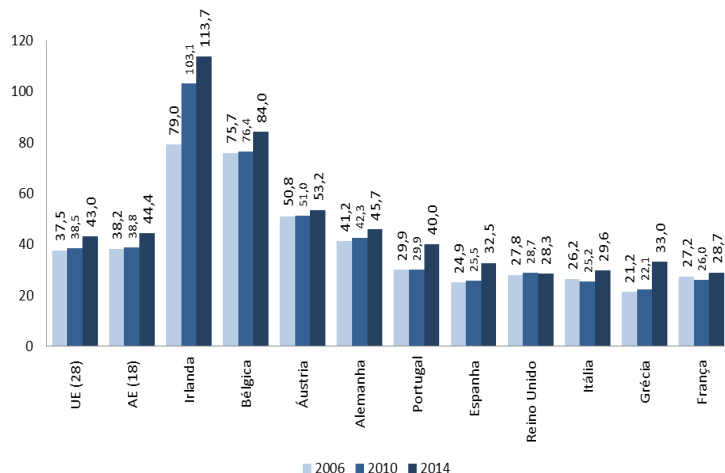
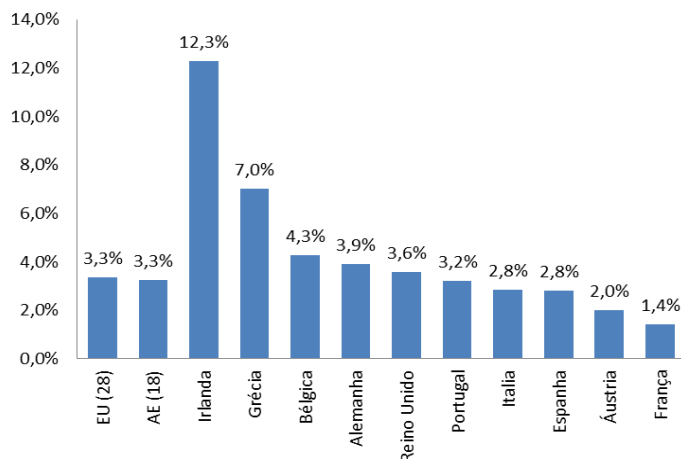


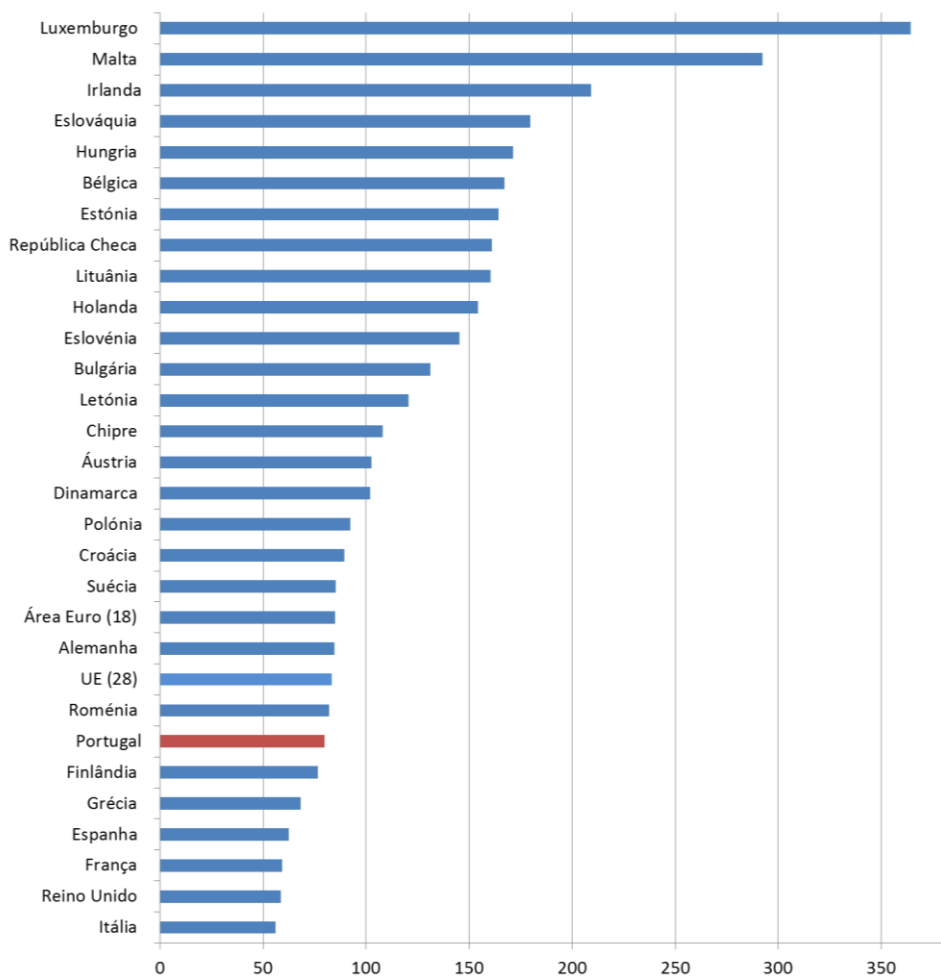
Gráfico 10: Taxa de crescimento das exportações (2012-2013)



Fonte: Eurostat

Exportações de bens e serviços a preços correntes
Fonte: Eurostat, Contas Nacionais e cálculos próprios

Gráfico 11: Grau de Abertura das Economias (2014)



Fonte: Eurostat e cálculos próprios
Nota: Grau de Abertura = (X+M)/PIB x 100

Quadro 3

Variação do Grau de Abertura 2010-2014	
UE (28)	9%
Área Euro (18)	12%
Grécia	29%
República Checa	24%
Lituânia	21%
Espanha	20%
Bulgária	19%
Portugal	18%
Croácia	18%
Eslováquia	16%
Roménia	16%
Estónia	14%
Eslovénia	14%
Holanda	14%
Luxemburgo	12%
Polónia	11%
Letónia	11%
Bélgica	11%
Irlanda	10%
França	10%
Dinamarca	9%
Hungria	8%
Itália	7%
Chipre	7%
Alemanha	7%
Áustria	4%
Finlândia	1%
Suécia	-2%
Reino Unido	-2%
Malta	-5%

Quadro 4: Cooperação Internacional em Patentes
Portugal - 2011

Tipo de Cooperação Internacional no Patenteamento	Cooperação Internacional em Patentes Portugal - 2011					
	Patentes detidas por estrangeiros de invenções nacionais		Patentes detidas por nacionais de invenções estrangeiras		Patentes de co-inventores estrangeiros	
	N.º (1)	% (2)	N.º (3)	% (4)	N.º (5)	% (6)
Registo de patentes no Instituto Europeu de Patentes (EPO)						
Total Patentes EPO	138	..	92	..	138	..
Total cooperação com o exterior	49	36	11	12	41	30
Patentes registadas no âmbito do Tratado de Cooperação de Patentes (PCT)						
Total Patentes PCT	176	..	129	..	176	..
Total cooperação com o exterior	54	31	18	14	52	30
Patentes concedidas pelo US Patent and Trademark Office (USPTO)						
Total Patentes USPTO	13	..	14	..	13	..
Total cooperação com o exterior	11	85	8	57	7	54
Total Patentes Internacionais						
Total Patentes	327		235		327	
Total cooperação com o exterior	114	35	37	16	100	31

Fonte: OECD.Stat abril 2015

Notas:

EPO e PCT contagem de patentes são baseados em dados recebidos do EPO (base de dados bibliográfica EPO, patentes publicados até Novembro de 2014).

A propriedade estrangeira de invenções nacionais:

(1) número de patentes inventados por residente (s) do país x (inventor) que são propriedade de, pelo menos, um residente estrangeiro (candidato) do país y;

Percentagem de patentes detidas por residentes estrangeiros:

(2) quota de indicador acima de patentes totais inventados por residente (s) do país x (inventor);

Apropriação nacional das invenções feitas no exterior:

(3) número de patentes detidas por residentes (s) do país x (candidato) que foram inventados por pelo menos um residente estrangeiro (inventor) de país y;

Percentagem de patentes inventadas no exterior:

(4) quota de indicador acima de patentes totais de propriedade de residente (s) do país x (requerente);

Patentes com pelo menos um co-inventor estrangeiro:

(5) número de patentes inventadas por um residente do país x com pelo menos um inventor estrangeiro do país y;

Percentagem de patentes com pelo menos um co-inventor estrangeiro:

(6) quota de indicador acima de patentes totais inventados por residente (s) do país x (inventor).

Quadro 5 - Principais Indicadores de Ambiente de Negócios (2016)

INDICADOR DB 2016	UN	PAÍSES							
		Portugal		Espanha		França		Alemanha	
		Índice	Posição	Índice	Posição	Índice	Posição	Índice	Posição
Facilidade em Fazer Negócios		77,57	23	74,86	33	75,96	27	79,87	15
Abertura de empresas		96,28	Posição	86,3	Posição	93,14	Posição	83,37	Posição
Procedimentos	n.º	3		7		5		9	
Duração	dias	2,5	13	14	82	4	32	10,5	107
Custo (% RIB per capita)	%	2,20		5,20		0,80		1,80	
Obtenção de alvarás de construção		76,42	Posição	67,56	Posição	75,46	Posição	81,42	Posição
Procedimentos	n.º	14		13		9		8	
Duração	dias	113	36	205	101	183	40	96	13
Custo (% valor armazém)	%	1,3		5,2		4,7		1,1	
Obtenção de eletricidade		84,73	Posição	72,96	Posição	85,78	Posição	98,78	Posição
Procedimentos	n.º	5		7		5		3	
Duração	dias	52	25	107	74	71	20	28	3
Custo (% RNB per capita)	%	37		225,2		41,3		42	
Registo de Propriedade		80,26	Posição	73,88	Posição	64,94	Posição	69,35	Posição
Procedimentos	n.º	1		5		8		5	
Duração	dias	1	27	12,5	49	49	85	39	62
Custo (% do valor da propriedade)	%	7,3		6,1		6,1		6,7	
Resolução de Insolvência		84,79	Posição	75,83	Posição	76,09	Posição	91,93	Posição
Anos	n.º	2		1,5		1,9		1,2	
Custos em % do espólio	%	9	9	11	25	9	24	8	3
Tx recuperação	cênt./\$	73,4		71,2		77,5		83,7	
Obtenção de Crédito		45	Posição	60	Posição	50	Posição	70	Posição
Índice eficiência direitos legais	(0-12)	2		5		4		6	
Índice alcance informações crédito	(0-8)	7	97	7	59	6	79	8	28
Cob. órgãos registro privados	% ad	100		50		45		2	
Cob. órgãos registro públicos	% ad	16,1		14,1		0,0		100,0	
Pagamento de Impostos		78,54	Posição	79,48	Posição	74,31	Posição	77	Posição
Pagamentos (nº/ano)	n.º	8		9		8		9	
Tempo dispendido no pagamento	ano	275	65	158	60	137	87	218	72
Total imposto pagar (% do lucro bruto)	%	41		50		62,7		48,8	
Execução dos Contratos		73,01	Posição	67,63	Posição	74,89	Posição	75,08	Posição
Duração	dias	547		510		395		429	
Custo (% da dívida)	%	13,8	20	18,5	39	17,4	14	14,4	12
Índice qualidade procedim judiciais	(0-18)	12,5		10		12		12	
Proteção de investidores minoritários		56,67	Posição	65	Posição	65	Posição	60	Posição
Regulação conflito de interesse	(0-10)	6		5,7		5,7		5	
Índice governança acionista	(0-10)	5,3	66	7,3	29	7,3	29	7	49
Proteção ao investidor minoritario	(0-10)	5,7		6,5		6,5		6	
Comércio Internacional		100	Posição	100	Posição	100	Posição	91,77	Posição
Tempo X: Conformidade fronteira	(horas)	0		0		0		36	
Custo X: Conformidade fronteira	(USD)	0		0		0		345	
Tempo X: Conformidade doc	(horas)	1		1		1		1	
Custo X: Conformidade doc	(USD)	0		0		0		45	
Tempo M: Conformidade fronteira	(horas)	0	1	0	1	0	1	0	35
Custo M: Conformidade fronteira	(USD)	0		0		0		0	
Tempo M: Conformidade doc	(horas)	1		1		1		1	
Custo M: Conformidade doc	(USD)	0		0		0		0	

Fonte: Doing Business 2016

Quadro 6 - IMD - World Competitiveness Report (2015)

	Ano N.º Países	2013 (# 60)	2014 (# 60)	2015 (# 61)
World Competitiveness Scoreboard		46	43	36
1. Desempenho Económico		54	54	45
Economia Nacional		55	53	44
Comércio Internacional		46	32	36
Investimento Estrangeiro		32	39	22
1.3.6 Fluxos IDE entrados (% PIB)		9	40	12
Emprego		56	55	54
2. Eficiência Administrativa		51	48	34
Finanças Públicas		58	55	52
Política Fiscal		50	45	41
Quadro Institucional		46	48	33
Legislação Comercial		28	21	14
2.4.7 Incentivos ao investimento		42	37	9
2.4.14 Criação de empresas		30	28	15
2.4.15 N.º dias para iniciar empresa		6	2	2
2.4.16 Procedimentos p/ iniciar empresa		18	4	4
2.4.19 Leis de imigração			2	1
3. Eficiência das Empresas		48	52	48
Produtividade e eficiência		27	39	42
Custos do mercado de trabalho		52	54	47
3.2.13 Formação da mão-de-obra (%)			25	29
3.2.15 Mão-de-obra feminina (%)			12	6
3.2.18 Mão-de-obra qualificada			33	28
Finanças		50	47	47
Práticas de gestão		54	55	52
Atitudes e valores		45	44	38
3.5.03 Cultura nacional			11	11
3.5.04 Flexibilidade e adaptabilidade			35	23
4. Infraestruturas		28	29	26
Infraestruturas básicas		38	40	36
Infraestruturas tecnológicas		28	30	30
Tecnologia comunicações		14	14	4
Conetividade		16	17	4
3 Competências em TIC		13	20	4
4.2.14 Engenheiros qualificados		4	15	9
Infraestruturas científicas		31	33	32
Saúde e ambiente		23	23	23
4.4.11 Problemas de saúde			18	8
Educação		27	30	15
4.5.01 Despesa pública educação (% PIB)			16	5
4.5.03 Despesa pública educação por aluno (secundário)				3
4.5.05 Rácio estudante-professor (secund.)			1	4
6 Ensino de gestão		23	18	7

Fonte: IMD World Competitiveness Yearbook, GEE, 2015

Grandes Opções do Plano para 2015 Lei n.º 82-A/2014 - Diário da República n.º 252/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-12-31	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015.
Regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização Portaria n.º 57-A/2015 - Diário da República n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-02-27	Adota o regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização.
Clusters de Competitividade Despacho n.º 2909/2015 - Diário da República n.º 57/2015, Série II de 2015-03-23	Aprova o Regulamento de Reconhecimento dos Clusters de Competitividade.
Criação de Agência Consular Despacho n.º 4416/2015 - Diário da República n.º 85/2015, Série II de 2015-05-04	Criação da Agência Consular da Região Metropolitana da Baixada Santista, no Brasil.
Portugal 2020 – Competitividade e Internacionalização Portaria n.º 181-B/2015 - Diário da República n.º 118/2015, 2º Suplemento, Série I de 2015-06-19	Primeira alteração à Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, que adota o regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização.
INOV Contacto Portaria n.º 183/2015 - Diário da República n.º 119/2015, Série I de 2015-06-22	Estabelece o enquadramento aplicável à medida INOV Contacto - Estágios Internacionais de Jovens Quadros.
Regime de Controlo das Exportações Decreto-Lei n.º 130/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série I de 2015-07-09	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, adota as medidas necessárias à aplicação do Regulamento (CE) n.º 428/2009, do Conselho, de 5 de maio, e da Ação Comum n.º 2000/401/PESC, do Conselho, de 22 de junho, relativos ao regime de controlo das exportações, transferências, corretagem, trânsito e assistência técnica de produtos de dupla utilização.
Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série I de 2015-07-09	Aprova o sistema de gestão e controlo dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 no domínio dos assuntos internos.
Sistema de Incentivos da Competitividade e Internacionalização Despacho n.º 10172-a/2015 - Diário da República n.º 177/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-09-10	Regulamento que define os procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos no domínio da Competitividade e Internacionalização.
Práticas comerciais desleais Decreto-Lei n.º 205/2015 - Diário da República n.º 186/2015, Série I de 2015-09-23	Clarifica a transposição da Diretiva n.º 2005/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, 11-maio, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26-março, que estabelece o regime jurídico aplicável às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores, ocorridas antes, durante ou após uma transação comercial relativa a um bem ou serviço.
Sistema de Incentivos da Competitividade e Internacionalização Portaria n.º 328-A/2015 - Diário da República n.º 193/2015, 4º Suplemento, Série I de 2015-10-02	Segunda alteração à Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro que adota o regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização.